Espaço em Revista
ISNN:1519-7816 v. 18, n. 1, jan/jun. 2016. p. 33-55

AS DINÂMICAS DA POPULAÇÃO BRASILEIRA E A ATUAÇÃO DOS GOVERNOS NACIONAIS

Fábio Borges de Oliveira[1]
fabio.borges@ifgoiano.edu.br

Paulo Henrique Kingma Orlando[2]
phorlando@yahoo.com.br

Resumo: O objetivo deste trabalho é apontar como as ações políticas e as decisões econômicas influenciam nas dinâmicas demográficas com os deslocamentos populacionais desde a formação inicial do território nacional e continuam com os governos democráticos pelo novo milênio em suas relações com o privado e seus interesses. Visa compreender a lógica dos deslocamentos que se deram no Brasil a partir de observações de fatos históricos e fenômenos que disseminaram a dispersão geográfica na fração continental desde o início da invasão europeia até os dias atuais. O histórico das explorações apontam que as ações são decisivas para os avanços territoriais, variando de acordo com o acesso às riquezas e a administração dos bens apropriados. Enfim, as orientações políticas e econômicas sempre nortearam as formações territoriais, constituindo os espaços necessários para a reprodução dos modelos dominantes. A partir de estudos já concluídos, observamos que, como descreve David Harvey em "O Enigma do Capital" (2011), é comum governos serem cooptados aos interesses do capital e legitimarem as ações de apropriação dos territórios. Assim, aconteceu a partir dos interesses mercantilistas europeus com a colonização das américas, culminando na ocupação do território brasileiro e a interiorização do desenvolvimento econômico com a exploração modernizadora na agricultura, sobretudo na Região Central, definindo o modo de vida e os deslocamentos populacionais de fluxos migratórios ou não a partir do século XVI e se intensificando a todo vapor no século XX.
Palavras-chave: Governança. Migração. Desenvolvimento.

THE DYNAMICS OF THE BRAZILIAN POPULATION AND THE ACTION OF NATIONAL GOVERNMENTS

Abstract: This paper aims to point out how political actions and economic decisions impact the demographic dynamics, with the population displacements, since the initial formation of the national territory and continue with democratic governments in this new millennium in their relations with the private and their interests. It aims to understand the logic of the migrations that occurred in Brazil from historical observations and phenomena that disseminated the geographic dispersion in the continental fraction, from the beginning of the european invasion persisting to the present day. The history of exploration indicates that the procedures are decisive for the territorial advances, varying according to the access to the wealth and the administration of the appropriate resources. Finally, the political and economic orientations have always guided the territorial formations, constituting the necessary spaces for the reproduction of the dominant models. From studies already completed, it can be observed that, as David Harvey describes in "O Enigma do Capital" (2011), it is common for governments to be co-opted by the interests of capital and to legitimize the appropriation of territories. Thus, it started from the european mercantilist interests with the colonization of the

[1] Técnico em Agropecuária, Licenciado e Mestrando em Geografia e Especialista em Docência Superior. Técnico Administrativo da Educação Tecnológica Federal
[2] Docente no Departamento de Geografia, Regional Catalão, Universidade Federal de Goiás.

americas, culminating in the invasion of the brazilian territory and the in-land spreading of the economic development through the modern exploration in agriculture, mainly in the Central Region, defining the way of life and the population displacements of flows migratory or not since the sixteenth century and intensifying strongly in the twentieth century.
Keywords: Government. Migration. development.

1 Introdução

Estudos diversos têm mostrado que a população brasileira vem se deslocando de um lugar para outro, de uma região para outra, em periódicos fluxos migratórios, seguindo explorações econômicas das mais variadas: extrativistas, agrícolas, minerais, etc, as quais se estabelecem devido às políticas de financeirização produtiva, de iniciativas, a princípio de origem externa, impulsionando ao capital mercantil desde os tempos coloniais, quando os europeus se apropriaram do novo continente em busca de riquezas para o mercado no velho continente. Em expectativas, ora de sobrevivência, ora de acumulação de riquezas, de acordo com o acesso aos recursos que têm financiado essas dinâmicas, assim as pessoas se deslocam pela área continental frequentemente.

Sob os ditames de estratégias colonialistas, uma vez que a intervenção inicial a serviço do mercantilismo europeu foi formando oligarquias, inicialmente agrárias, sendo que a predominância econômica era e continua sendo ainda hoje a da extração de produtos primários, inclusive monocultivos agrícolas entre os quais está o da cana-de-açúcar marcando o início do modelo exploratório à base de monocultivos, a ocupação territorial brasileira aconteceu em regime de acumulação de riquezas e exclusão. A pobreza extrema atravessou o século XX sem uma solução governamental eficaz. Com o tempo manifestações sociais se deram, devida a insatisfação das classes excluídas, mas os trabalhadores e os atores das camadas menos abastadas da sociedade não foram ouvidos como se fez necessário.

Ainda no final do quinto século de exploração, a ascensão de um presidente apoiado pelas velhas oligarquias, após a chamada abertura política, a qual se deu no final dos anos 1980, apontou que o poder em nada mudou de dono e o contexto da enganação culminou em grandes revoltas populares e destituição do chefe do executivo. Um novo governo assumiu após a queda daquele presidente da república e alguns avanços foram alcançados pela população. Outros governos populares vieram na sequência e algumas políticas sociais avançaram, mas a complexidade e a dinâmica de um país de dimensão continental, imensas riquezas naturais e poder político concentrado em oligarquias seculares é um desafio

constante para as políticas de maior interesse social, das classes historicamente excluídas do processo.

A partir de uma revisão bibliográfica e documental utilizando como base Stacciarini (2002, 2003, 2009), Berquó (1999), Castro (1984), Santos e Silveira (2001), dentre outros, o que se pretende nesse trabalho é fazer um apanhado da situação política e social brasileira desde as primeiras invasões coloniais aos dias atuais na perspectiva de conhecer às dinâmicas demográficas relacionadas aos fluxos de capital sob as diversas formas de exploração, sob as quais têm se submetido nossa população.

2 Da invasão europeia à formação atual da população brasileira

Ao ritmo progressivo da urbanização que se acelera no decorrer do tempo, o final do século XX foi marcado por acontecimentos importantes, tanto no cenário nacional quanto no cenário internacional. O fervor do ambiente de financeirização globalizada fez com que acontecessem fenômenos diversos por todo o planeta e, por fim, todos esses fenômenos estariam, de alguma forma, padronizados, uma vez que os modelos de financiamentos foram definidos e até geridos a nível mundial (HARVEY, 2011).

No Brasil, as dinâmicas populacionais historicamente movidas pelas explorações econômicas chegam ao final dos anos 1990 com novas configurações, devido às constantes mudanças provocadas pelos fluxos de capital e seus arranjos produtivos. Arranjos esses que nesse período se concentram com mais força na interiorização das indústrias e modernização agrícola com pesquisas de ponta nas áreas de engenharia aplicada às plantas e animais, em face da "Terceira Revolução Industrial". (STACCIARINI, 2009).

Se em sua gênese o território brasileiro foi constituído a partir de sua "descoberta", a qual se deu no contexto do renascimento comercial europeu, como nos afirma Stacciarini (2009), os deslocamentos da população que se deram, desde então, "responderam pela formação de miséria nos variados pontos rurais e urbanos da nação brasileira" (STACCIARINI, 2009, p. 2). Mesmo sendo uma nação de constante exploração de riquezas com vastos recursos naturais e se apresentar neste início de século como uma das maiores economias do mundo, ainda se apresenta também como um dos países com o maior número de excluídos ao lado da Índia, Bangladesh, Paquistão, Indonésia e Marrocos, segundo o mesmo autor.

Dentro do contexto do pós segunda guerra mundial, na efervescência das discussões no campo das ciências sociais, alguns autores influenciaram fortemente a geografia e a

abordagem multidisciplinar nesta ciência foi inevitável. Para Stacciarini (2009), "estabelecidas estas análises da diversidade epistemológica da ciência geográfica, qualquer tema geográfico passa por desafios interpretativos [...]", no entanto, "a periodização baseada no modo de produção de bens materiais com a sua correspondente produção de ideias" (STACCIARINI, 2009, p. 3) pode nos apontar esclarecimentos para o fenômeno da expressão espacial da miséria no limiar do terceiro milênio.

Entendemos que se trata de um longo período histórico desde os tempos coloniais ao início do século XXI e, inevitavelmente, deve se levar em conta que muitas coisas aconteceram até chegarmos onde estamos hoje. Com a colonização europeia, o continente americano ficou exposto ao mercantilismo do velho continente saqueando nossos recursos naturais. Primeiro levaram a madeira nobre que podiam levar, extraindo o Pau-brasil para o mercado industrial daquele período onde a Revolução Industrial seguia a todo vapor e com o tempo desenvolvia o espaço urbano e agrário baseado na produção de cana-de-açúcar com mão de obra escrava, também para o mercado europeu (STACCIARINI, 2009). Nasce aí o início da produção monocultora para os mercados internacionais.

Stacciarini (2009) aponta que naquele período teve início o modelo de exploração para a reprodução do capital embasado na força de trabalho, e argumenta, apoiado em outros autores, sobre como se deu o início e a formação do processo:

> Para vários geógrafos, com a produção do açúcar nasce uma ideia produtiva monocultora que vai durar quatro séculos (até 1929), processo esse que se baseará fortemente na exploração da mão-de-obra utilizada como "arma maior". Alberto Passos Guimarães fala na construção do espaço brasileiro a partir da denominação "Séculos de Latifúndio". Assim, no contexto do Espaço Agrário Escravagista, Ruy Moreira observa a distribuição de terras (Sesmarias) de acordo com o investimento em escravos. As cidades de então são as cidades de conquistas localizadas no litoral e totalmente antenadas com a realidade sócio-política europeia. Na produção da monocultura da cana, o objetivo era a reprodução do capital e policultura mantida em bases menores, cuja finalidade era a reprodução da força de trabalho. No dizer de Frei Beto, "alimentos para os escravos não morrerem sem energia disponível para o trabalho extremamente árduo e prolongado". (STACCIARINI, 2009, p. 4).

Enquanto a produção baseada no trabalho escravo se avançara pelo interior do país, as cidades litorâneas cresciam para dar sustentação aos portos onde esses produtos eram embarcados. Indígenas eram praticamente dizimados, os solos esgotados e os escravos formavam quilombos para a resistência. Mas, por fim, foi surgindo uma nova dinâmica econômica mundial com a exploração da cana-de-açúcar pelos holandeses nas Antilhas, inviabilizando um ambiente de competição para a produção nacional e a descoberta de metais

preciosos no interior termina trazendo o deslocamento da população por novas "entradas" (STACCIARINI, 2009). Nesse sentido o autor prossegue:

> Assim, dá-se uma nova e complementar regionalização para a colônia brasileira com a ocupação do Brasil Central. Desta maneira, as cidades de então são as cidades do ouro e o "Estado" de Goiás constitui-se como o segundo maior produtor de ouro do Brasil. O iminente escritor Galeano coloca que "o ouro brasileiro e da América Latina construía catedrais em Portugal e Espanha e Fábricas na Inglaterra", a qual no século XIX consolidaria a "Primeira Revolução Industrial" (a Maquinofatura e a produção em série e em intensa escala) se tornando a partir deste complexo processo, segundo Armem Manigonian, na maior potência tecnológica, mercantil e capitalista do final do século XIX (STACCIARINI, 2009, p. 5).

Mas esse tipo de exploração também se esgotou e no final do século XVIII deu lugar à pecuária extensiva nos vastos campos de pastagens naturais permitindo a atividade ser explorada da caatinga ao cerrado, além do pampa gaúcho. Posteriormente, ocorreram também as entradas expedicionárias em busca das "Drogas do Sertão" ao longo dos rios da Bacia Amazônica e o território brasileiro foi sendo lentamente todo penetrado. De acordo com Stacciarini (2009, p.5), "o território brasileiro ia sendo penetrado, ocupado e se estabelecendo em uma regionalização vinculada aos interesses do capitalismo hegemônico europeu.".

Depois veio a monocultura do café, a Lei de Terras de 1850, a imigração de trabalhadores europeus, a crise capitalista de 1929, a industrialização da década de 1930, a Marcha Para o Oeste e, de acordo com Stacciarini (2009, p. 7), "em 1950, o Brasil já possuía 36% de sua população total residindo em áreas urbanas e 13% de sua população economicamente ativa trabalhando no setor secundário da Economia.".

Com o governo de Juscelino e o seu "Plano de Metas", o país "abre as fronteiras" para o capital das multinacionais norte americanas e intensifica-se o fluxo das migrações rural-urbanas acelerando o processo de aglomeração da população nas cidades, sem boas condições de vida, nas cidades e também no campo, devido ao processo de concentração dos meios de produção em toda a parte. (STACCIARINI, 2009).

Veio o golpe militar de 1964 garantindo o predomínio da influência norte americana, intensificaram-se os parques industriais e a continuidade do modelo concentracionista de terras expropriando trabalhadores rurais e reforçando cada vez mais os fluxos migratórios. Nesse sentido, Stacciarini (2009) relata:

> Assim como em todos os períodos anteriores da construção espacial brasileira, o modelo concentracionista de terras continua. No explicitar de Ricardo Abromovay, para piorar, agora a agricultura que é apropriada pelo Estado Brasileiro é aquela ligada ao Capital monopolista agroexportador.

> Nesta direção concentracionista, ocorre os incentivos fiscais encaminhados para os fortes grupos industriais que agora "adquirem" (ou ganham?) vastas área de terras na "Região da Amazônia Legal". Sendo assim, ocorre terras distribuídas aos empresários do Centro Sul em meio a grandes fluxos migratórios de trabalhadores sem terra e/ou pequenos proprietários que querem um pouco mais de terras. Milhares são os nordestinos que vão para a Amazônia em busca de terras e de "sulistas" que irão para Rondônia e norte do Mato Grosso em busca de terras para produzirem o sustento de suas famílias. A maioria destes milhares de migrantes, na falta de políticas públicas para o setor de lavouras de subsistência, acabam se desabando para níveis de miserabilidade ainda mais intensos. Naquele momento, segundo Ariovaldo Umbelino, "diversos órgãos são criados pelo estado para abrir caminho a expansão do capitalismo no campo". Entre outras iniciativas, Umbelino Oliveira cita a criação do POLOAMAZÔNIA com incentivos para o capital nacional e internacional, o PROTERRA que na prática destina noventa por cento dos recursos para o setor agroindustrial, o FINOR que acaba destinando a maioria dos seus recursos para os grandes proprietários de terra e o IAA que destina vultosos recursos para os conglomerados da monocultura da cana ligados à produção de açúcar e de combustíveis para os primeiros motores de carros de passeio movidos à álcool. (STACCIARINI, 2009, p. 9-10).

Nesse contexto o país se endivida cada vez mais e as questões sociais vão se agravando, o problema da fome e da pobreza cresce e mesmo com a abertura política e a eleição de governos "democráticos" e suas políticas neoliberais com a desculpa de alavancar à economia, estes não são resolvidos.

Como afirma Stacciarini (200), a fome é uma das maiores vergonhas quando se trata de um território tão rico e tão abundante de recursos naturais, inclusive vastas terras agricultáveis, aliás, como já vimos, são áreas muito exploradas para a produção de *commodities*[3]. É um problema gravíssimo e bastante discutido pelos estudiosos das ciências sociais, dentre eles, um dos maiores nomes de todos os tempos, Josué de Castro. Foi ele quem apontou pela primeira vez que a fome não era originária da falta natural de alimentos, mas da sua má distribuição, é um problema político. Em seu livro Geografia da Fome, Castro (1984) escreveu sobre os principais motivos da fome no Brasil, inclusive no Nordeste:

> Descobrindo cedo que as terras do Nordeste se prestavam maravilhosamente ao cultivo da cana-de-açúcar, os colonizadores sacrificaram todas as outras possibilidades ao plantio exclusivo da cana. Aos interesses da sua monocultura intempestiva, destruindo quase que inteiramente o revestimento vivo, vegetal e animal da região, subvertendo por completo o equilíbrio ecológico da paisagem e entravando todas as tentativas de cultivo de outras plantas alimentares no lugar, degradando ao máximo, deste modo, os recursos alimentares da região (CASTRO, 1984, p. 107).

3 Produtos primários destinados a exportação e indexados em bolsas de valores em todo o mercado internacional.

Sendo a fome originária de um problema político, obviamente não poderia ser resolvida com a maior produtividade agrícola, com intensificação da produção de riquezas sem que estas fossem melhores distribuídas. Provavelmente, por não se atentar para esse detalhe é que o fenômeno persiste ainda hoje.

Estudos na área das ciências sociais têm sido de grande importância para auxiliar no entendimento desses fenômenos, principalmente os da geografia, são fundamentais na contribuição para se construir um conhecimento de maior abrangência. Nesse contexto, já no início deste século, Stacciarini (2002) nos relata sobre a inquietação dos geógrafos e reforça que "não é só na ciência geográfica que o ardor das discussões se fazem presentes. As Ciências Humanas como um todo, vivem um momento de efervescência. Os debates e as iniciativas ocorrem em diversos setores da sociedade organizada" (STACCIARINI, 2002, p. 37). Embora, as políticas assistencialistas não possam resolver de vez o problema, nesse contexto das iniciativas, a Ação da Cidadania Contra a Fome, movimento criado pelo sociólogo Betinho e apoiado por diversos seguimentos foi de grande notoriedade e, por fim, apontou alguns caminhos para políticas governamentais que viriam posteriormente. Sobre esse movimento retomaremos mais adiante.

3 A população brasileira na segunda metade do século XX

Todo o período pós segunda guerra mundial foi bastante tumultuado no Brasil. As políticas de industrialização com forte influência norte americana foram fundamentais para as dinâmicas populacionais no território durante esse período. No entanto, as manifestações sociais de maior visibilidade vieram após a abertura política, pois a chamada transição democrática no Brasil permitiu que fosse eleito por voto direto e tomasse posse o primeiro presidente da república em 1989, na primeira eleição pós ditadura militar brasileira, depois de mais de 20 anos de regime autoritário e um governo feito por um vice presidente, que substituiu o principal representante eleito, ainda de forma indireta.

Foi um momento de grande esperança para o povo. O discurso da ética, da justiça, da liberdade e da modernidade se fez presente e convenceu a maioria da população de que o país tomaria o rumo certo, tendo à frente do governo o então jovem político Fernando Collor de Melo (STACCIARINI, 2002).

Lutas históricas pela liberdade e pela prosperidade do povo brasileiro pareciam ter encontrado respaldo na representação governamental, embora muitos não se convenceram de

que aquele era o melhor representante, uma vez que a esquerda nacional estivera apoiando o seu adversário, o então candidato derrotado Luís Inácio Lula da Silva, o Lula. Mas, os meios de comunicação dominantes, os quais ajudaram a elegê-lo, noticiavam a grande vitória do povo e a concretização do esplêndido projeto nacional nos planos do novo governo. Sobre esse cenário com o novo presidente e a insatisfação de representantes sociais, Stacciarini (2002) escreveu:

> Desde os momentos iniciais de Fernando Collor, "Betinho" (Herbert de Souza) indignara-se com o jovem e exibicionista Presidente da República, que derrotou "Lula" (Luis Inácio da Silva) nas eleições diretas de 1989 e que usava a mídia – principalmente a Rede Globo – como bem lhe conviesse.
> Além dessa triste conivência estabelecida entre um político conservador – com máscara de modernidade – e os meios de comunicação de massa, Fernando Collor assume o papel de defensor do chamado "Neoliberalismo", anunciando um grande programa de privatizações e demissões de milhares de funcionários públicos federais (STACCIARINI, 2002, p. 56).

O neoliberalismo, definitivamente não representava os anseios de todos os cidadãos, principalmente daqueles que apoiaram Lula. Não demorou para que houvessem manifestações contrárias ao novo governo, levando à sua destituição. Mas, o que fez cair o Governo Collor foi exatamente a contradição entre o que ele apregoava, a sua imagem de guardião da ética e da justiça, e os escândalos que se deram sob o seu governo, o qual esteve envolvido em atos de corrupção e desmandos em relação ao erário.

Como destaca Stacciarini (2002), no limiar do terceiro milênio as reivindicações relacionadas à ética são o destaque no cenário político, mas sem deixar de lado alguns movimentos de forte interesse social assim como as mobilizações que fizeram dar origem à Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida.

Neste movimento se destaca a participação e o trabalho do sociólogo Herbert de Souza, o "Betinho", o qual vinha desde os períodos anteriores à ditadura militar se manifestando com grande preocupação com o problema da fome no Brasil e ainda quando muito jovem já se envolvia com causas sociais, participando de grupos religiosos, mobilização de estudantes e militâncias de identificação com os mais pobres e desamparados.

Com o governo do então vice-presidente Itamar Franco, após a queda de Collor, formou-se um governo com interesse em dialogar com os seguimentos da sociedade e se deu,

de alguma forma, uma participação desses atores que já vinham reivindicando políticas sociais abrangentes às classes desprovidas de seus direitos em governos anteriores. Nesse sentido, ocorreram participações de grupos importantes da vertente política de esquerda e houveram alguns avanços. Sobre o assunto, Stacciarini (2002) escreveu:

> Já, como presidente em exercício, Itamar deseja aumentar sua base de sustentação no Congresso Nacional, inclusive pela obtenção de apoio do Partido dos Trabalhadores que havia sido derrotado nas eleições presidenciais de 1989. Assim, o novo Presidente abre as portas do Palácio do Planalto ao Movimento pela Ética na Política e, em seguida, para a sua herdeira – a "Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida" (STACCIARINI, 2002, p. 64).

A criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), inicialmente sugerida por Lula, foi um dos avanços importantes do novo governo, pois foi formado por integrantes de diversos ministérios tais como: Justiça, Educação, Cultura, Fazenda, Saúde, Agricultura, Trabalho, Bem Estar Social e Planejamento, além do Secretário-Geral da Presidência da República e mais 21 representantes da sociedade civil, dos quais 19 foram indicados pela Ação da Cidadania. O CONSEA tinha como objetivo aconselhar à presidência da república em suas decisões em relação às políticas de combate à fome (STACCIARINI, 2002).

Naquele momento, as contradições eram muito grandes em relação ao potencial econômico, à produção de riquezas no país e à grande massa de população miserável e faminta ainda existente. Relatando a situação naquele período, Stacciarini (2002) escreve que:

> [...] apesar de ser uma das maiores economias do mundo, o Brasil figura, ao lado da Índia, Bangladesh, Paquistão, Indonésia e Marrocos como um dos países recordistas em termos de números absolutos de "excluídos". A posição do Brasil é simplesmente vergonhosa na medida em que, tendo uma renda "per capita" três a cinco vezes maior que a daqueles países, apresenta um quadro de desnutrição grave praticamente igual à de nações populosas mais atrasadas da África e da Ási. (STACCIARINI, 2002, p. 70-71).

Com todo o vigor que tem o País na era da globalização econômica destacando um grande potencial de competitividade, os números da fome são uma tremenda vergonha e o governo precisa encontrar soluções. Nesse sentido, o governo, ouvindo as demandas da sociedade, deu alguns passos para a solução do problema e iniciou algumas ações que direcionaram à implantação de programas assistenciais os quais seriam aperfeiçoados por

governos posteriores. Mas não é tão fácil solucionar todo o problema em um modelo que produz riquezas e pobreza ao mesmo tempo.

Ainda no início do século XXI as desigualdades sociais se manifestavam em todas as partes: nas grandes metrópoles, nas pequenas cidades e no meio rural. As disparidades são muito significativas quando se observa a pobreza e a riqueza lado a lado, como acontece em todo território. É o que nos alerta Stacciarini (2002) quando se refere a esse contexto:

> Apesar das grandes produções agrícolas, das riquezas minerais e vegetais, as áreas rurais brasileiras detêm cerca de 51% da população brasileira de indigentes. Já, nas áreas urbanas, o número mais significativo dos famintos – cerca de 7,2 milhões – está no Nordeste. Entretanto, faz-se necessário destacar que cerca de 30% dos indigentes urbanos vivem apenas nas 09 regiões metropolitanas brasileiras de então (STACCIARINI, 2002, p. 76).

Para entendermos que estes problemas sociais tem suas origens na forma de apropriação das riquezas, voltamos a destacar que a distribuição da população e a formação do território está diretamente ligada às questões econômicas. As migrações formando vazios demográficos e aglomerações por todo o País seguem principalmente a lógica dos fluxos de capital e seus impulsos exploratórios. Dentro desse contexto, Santos e Silveira (2001) nos apontam as dinâmicas dos crescimentos demográficos no Brasil do século XX, quando revelam as curvas de crescimento das principais cidades e regiões metropolitanas do país. Essas dinâmicas deixam bastante explícito que incentivos políticos e a industrialização de algumas regiões definiram as ocupações territoriais em suas particularidades.

As concentrações populacionais brasileiras se deram historicamente seguindo, sobretudo, a lógica dos ciclos econômicos. As primeiras grandes explorações deram origem às maiores cidades e assim se fez a ocupação do território. Inicialmente, sobre as áreas litorâneas por onde se deram as ocupações europeias e posteriormente as regiões onde se concentraram as explorações de cana de açúcar e algodão, de minério, do café e, por fim, do milho e da soja, assim sucessivamente. Interiorizando com a mineração no século XVIII/XIX e seguindo no século XX pelas colônias agrícolas, em torno das atividades agropecuárias modernas e, principalmente industriais.

No final do século XX a maior parte da população brasileira ainda se concentrava nas regiões Sudeste e Nordeste. Exatamente onde se deram as primeiras ocupações europeias e onde as atividades econômicas se fizeram com maior intensidade.

Enquanto Stacciarini (2002) nos aponta os números da pobreza nas diversas regiões do Brasil e destaca a necessidade e os avanços em relação às políticas públicas, Santos e Silveira

(2001) destacam as dinâmicas populacionais na ocupação do território de maneira a entendermos que as movimentações exploratórias em sua organização espacial atraem fluxos de pessoas. Entre os apontamentos dos últimos está a interiorização das grandes cidades e o aumento das taxas de migrações, indicando que as dinâmicas migratórias seguem também a lógica dos fluxos de capital e a cidade absorve todos os tipos de população, inclusive os pobres, ou os que se aglomeram no disputado espaço da oportunidade econômica. No final do século XX, o fluxos populacionais continuaram e de acordo com Santos e Silveira (2001), há uma perambulação pelo país de trabalhadores procurando estabilidade, inclusive no interior, mas há pobreza também no seio das grandes cidades, uma vez que as megalópolis "por sua própria composição orgânica do capital e do espaço, continuam a acolher populações pobres e desamparadas" (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 209).

Diante do exposto, podemos observar que a pobreza tende a estar em toda parte e deve ser uma preocupação permanente dos governantes.

4 Fenômenos relacionados aos índices de mortalidade e natalidade

As dinâmicas da sociedade brasileira são diversas e o estudo da demografia pode nos apontar fenômenos que contribuem para o estudo das variações em movimento. Assim, como há concentração nas áreas urbanas, vazios demográficos em áreas rurais, também há variações quanto aos perfis societários, dos diversos povos e indivíduos que compõem a nossa população, desde aqueles sobre povos tradicionais em seus atos de resistência ao ponto de se tornarem constantes migrantes em busca de melhores condições de vida, formando massas de aglomerados nos pontos onde se concentram os fluxos de capital.

Situações marcantes são as que apontam os fenômenos relacionados às faixas etárias e outras condições específicas no contexto de estudo de especificidades da população brasileira, desvendando diversidades de situações de nossa gente de acordo com os perfis estudados: perfis definidos por grupos de idade, situações de dependência econômica ou não. Como exemplo podemos citar Berquó (1999) quando faz um estudo detalhado das condições em que se encontram os brasileiros quando atingem a velhice e os resultados apontam variações de acordo com o histórico dos indivíduos em relação a etnia, condições de trabalho, ruralidade e urbanidade.

Com dados esclarecedores em relação ao acesso que tem as pessoas da terceira idade às atividades laborais e produtivas, Berquó (1999) nos aponta as facetas de um fenômeno bastante curioso, o qual se dá sobre esses indivíduos, partindo dos dados que mostram

avanços em relação à longevidade. Para Berquó (1999) as condições alcançadas pelo perfil socioeconômico dos brasileiros permitiram um envelhecimento com melhor qualidade de vida a partir dos avanços de algumas políticas públicas que se deram dos anos 1940 em diante. A garantia de uma renda fixa com a aposentadoria, as socializações das pessoas de idade mais avançada e o acesso aos serviços de saúde permitem que muitos indivíduos tenham prazer na velhice. Mas, a autora alerta em sua conclusão que o envelhecimento progressivo da população brasileira, o constante aumento dos idosos, demanda uma maior atenção dos governantes para que estes sejam realmente amparados como desejam e necessitam nesta fase de suas vidas. São fenômenos que se dão sobre a população e demandam a atenção dos governos para gerir políticas adequadas.

Desvendando os dados, Berquó (1999) encontrou particularidades reveladoras no processo de envelhecimento, principalmente em relação às diferenciações para as pessoas do sexo masculino e feminino, além da raça e dos locais onde os indivíduos vivem e permanecem ou migram para outras áreas de variações demográficas distintas. No destaque para as pessoas do sexo feminino, a autora aponta que são a maioria na terceira idade e descrevem as razões que explica o fenômeno:

> De há muito tem sido superior no país, o número absoluto de mulheres idosas, quando confrontando com o de homens de 65 anos e mais. Também a proporção de idosas em relação à população total de mulheres tem se mantido sistematicamente superior àquela correspondente aos homens idosos. …] [...Esse fato, por sua vez, é decorrente de uma situação de mortalidade diferencial por sexo que prevalece há muito na população brasileira. Desde os anos 1950 as mulheres tem correspondido maior esperança de vida ao nascer, ou seja, tem lhes cabido um maior número de anos por viver. (BERQUÓ, 1999, p. 23).

Além da diferença de expectativa de vida entre os sexos, a autora encontrou também diferenças no índice de negros e brancos, rurais e urbanos e pobres e ricos. Os negros, por historicamente não terem acesso às mesmas condições sociais que os brancos, não acessarem os mesmos serviços de saúde e melhores condições de trabalho, morrem mais jovens. As regiões mais urbanizadas, as áreas com maiores disponibilidades de recursos relacionados a saúde e outros acessos urbanos tem mais idosos do que as regiões de menor densidade demografia: áreas rurais. No entanto, no meio rural há mais idosos do que idosas, enquanto nas cidades há mais mulheres. Pessoas com melhor situação financeira vivem mais por terem mais acesso aos serviços de saúde e melhores condições de vida.

Berquó (1999) destaca ainda em seu trabalho as variações sobre instrução, chefia dos lares, dentre outras. Aponta que o analfabetismo é mais acentuado sobre as mulheres, os lares

são mais chefiados por homens e a pobreza se abate mais sobre os lares chefiados por mulheres, além do fato de que estas sofrem de uma maior situação de vulnerabilidade na fase de envelhecimento, destacando o abandono maior destes por parte dos homens.

Desde as políticas de apropriação do território envolvendo diversos povos e se avançando sob variados tipos de intervenções em função dos interesses dos exploradores, Berquó (1999) constata que há uma gama de fatores muito grande designando a formação geral da população idosa no Brasil. Dentre estes estão as variações regionais, de etnias, culturais, demográficas, etc, o que mostra a enorme complexidade defrontada ao estudar as dinâmicas populacionais de uma forma geral. Apontamentos deste estudo revelam sobretudo que a população brasileira está envelhecendo mais, o que implicará diretamente em dinâmicas futuras, uma vez que o crescimento demográfico tende a se retrair com esse tipo de fenômeno, sendo que indica menores taxas de natalidade e mortalidade. Nesse sentido fica bastante claro que as políticas públicas tem um papel muito importante para designar a formação socioeconômica nos territórios permitindo melhores ou piores condições de vida, refletindo na fase de envelhecimento dos indivíduos. Dentre estas políticas deve haver uma preocupação maior com a distribuição de renda, inclusive atentar também para as questões da previdência, procurando garantir o acesso da população aos bens básicos ao menos e aos serviços de saúde.

É preciso destacar que as dinâmicas populacionais são resultados de processos sociais bastante complexos, os quais já foram e ainda são objetos de discussão de diversos pensadores. Como nos escreve Alves (2002), uns acreditam que há uma evolução benéfica na humanidade, a qual caminha para um aperfeiçoamento a partir da ordem econômica e social e outros apontam um caos sem solução posto pela natureza das coisas. A partir dessa discussão, o autor aborda a polêmica citando dois pensadores do século XVIII, Malthus e Condorcet, os quais em oposição de ideias fazem a primeira análise relativa ao crescimento populacional e o "progresso da sociedade humana" (ALVES, 2002, p. 6). O trabalho explicita que talvez a maneira simples de explicar e justificar a pobreza e a miséria fez com que o malthusianismo tivesse muitos adeptos. De acordo com o autor, Malthus escreveu que as altas taxas de mortalidade e de fecundidade eram elementos de uma sina inevitável, fora do alcance da intervenção humana. Nesse sentido, o determinismo descartaria qualquer outro fator destes destacados como determinantes das dinâmicas diversas, desde a forma de apropriação territorial à base de expulsão de povos tradicionais, escravidão e concentração de riquezas e fluxos de capital nos territórios. Sob essa visão, todo o processo que dá origem aos excluídos seria considerado natural, já que nesse ponto de vista não há mesmo lugar para todos.

Por outro lado, segundo Alves (2002), Condorcet defende a evolução humana, a instrução e o progresso como avanços importantes para a libertação, para a solução dos problemas, em oposição ao fatalismo.

> De maneira panorâmica, ele traça um extenso painel que começa com a formação dos primeiros povoados, passa pelo progresso dos povos pastores, a conquista da agricultura e a invenção da escrita. Dá grande destaque para as contribuições da Grécia, para o desenvolvimento das ciências e seu retrocesso durante a Idade Média. Fala sobre as grandes navegações, a invenção da tipografia e o renascimento da ciência no Ocidente, em bases mais sólidas. Destaca a Reforma Protestante e os avanços da filosofia que abalaram o jugo da autoridade. Coloca a liberdade de pensar e a conquista de direitos civis, inalienáveis e imprescritíveis, como condição primeira para a superação do fanatismo e da barbárie. (ALVES, 2002, p. 11-12).

O autor nos lembra de que no século XVIII, a discussão típica abordada por Condorcet foi predominante, com vários pensadores otimistas acreditando que a razão pode solucionar problemas humanos práticos. Para ele, Condorcet era um desses otimistas e seguia aquela corrente própria do chamado século das luzes. No entanto, o que é abordado como mais interessante é a discussão entre população e desenvolvimento.

Na abordagem de Alves (2002), Condorcet previa a evolução de uma ciência capaz de solucionar todos os problemas humanos amparada pela consciência da razão. Nesse sentido, as imperfeições seriam corrigidas pela perfectibilidade humana, qual viria em etapas no tempo e suas previsões se concretizaram e se concretizam historicamente.

Posta a discussão sobre as previsões de pensadores do século XVIII, Alves (2002) nos mostra em dados a transição demográfica no Brasil durante o século XX e esses dados são bastante significativos. No início do século estudado, a Taxa Bruta de Natalidade (TBN) era de 46 por mil habitantes e no final deste mesmo século caiu para 21,8. A Taxa Bruta de Mortalidade (TBM) era de 27,8 e caiu para 5,8 por mil habitantes.

Berquó (1999) já apontava a redução da taxa de fecundidade como um dos fatores do envelhecimento da população brasileira, inclusive fez previsões de uma diminuição gradativa no número de filhos por mulheres, o que resulta em declínio demográfico. A autora destaca que essa diminuição gradativa se deu devida aos métodos contraceptivos, entrada da mulher no mercado de trabalho, etc. Fazendo uma relação entre Berquó (1999) e Alves (2002), vemos que as previsões de Condorcet fazem sentido quando os estudos apontam o planejamento familiar refletindo nos dados demográficos destacados pela primeira e descrito pelo segundo, quando se refere às afirmações do pensador racional. Nesse sentido, Alves (2002) escreve:

> Condorcet responde argumentando que um desastre demográfico, ou seja, o crescimento do número de habitantes acima do nível dos recursos naturais necessários à subsistência da população não seria compatível com uma decisão racional dos seres humanos. (ALVES, 2002, p. 15).

Enfim, o autor, embasado em estudos históricos, destaca que de fato avanços vieram em diversos níveis e muita coisa mudou. No entanto, a pressão sobre os recursos naturais continua crescendo, mesmo que os avanços tecnológicos tenham nos proporcionado grandes avanços, como os que alcançamos na área da saúde por exemplo. Não é possível ignoramos o fato de que a concentração de riquezas continua excluindo grande parte da população do acesso aos bens básicos.

Alves (2002) cita vários estudos sobre as dinâmicas populacionais e aponta a complexidade do contexto. Destaca aqueles que influenciaram diretamente na transição demográfica, as políticas que se deram nos países latinos americanos a partir da década de 1940 para o controle de vetores de doenças importantes, os resultados em relação à esperança de vida, a diminuição das doenças infecciosas e o aumento das circulatórias e das causas de morte por violência, dentre outros. Destaca a importância das ações governamentais com as instituições, os meios contraceptivos, os enfoques culturais e a difusão dos "conteúdos de consciência", o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, etc.

Para uma compreensão simplificada, a urbanização por si já melhora a expectativa de vida diminuindo as taxas de mortalidade. Mas dados apresentados por Berquó (1999) mostram que a taxa de mortalidade já caía ainda quando a população era predominante agrária e algumas políticas de prevenção de doenças foram implantadas.

Alves (2002) aborda também a transição demográfica em nível internacional e cita estimativas entre os anos 1950 e 2050 onde os países do hemisfério norte apresentam melhores índices e os países do sul os piores. Elas apontam que a questão tende a agravar o problema da migração africana e os conflitos advindos desta. Esta previsão vem se confirmando em partes com os problemas enfrentados hoje, principalmente no continente europeu, devido ao alto fluxo de imigrantes do norte africano.

Destaque interessante dado por Alves (2002), no plano internacional, é a transição demográfica em relação às populações culturalmente distintas. O autor aponta as altas taxas de crescimento entre grupos fundamentalistas e a diminuição dos cristãos, lembra os conflitos internacionais pós queda do Muro de Berlim, "O choque de Civilizações" e alerta que pode haver um acirramento nestes por causa do problema demográfico. Segundo Huntington *apud* Alves (2002), "o crescimento populacional mulçumano gerou grande quantidade de jovens

desempregados e descontentes que se tornaram recrutas das causas fundamentalistas islâmicas, exercem pressão sobre sociedades vizinhas e migram para o Ocidente" (ALVES, 2002, p. 48). No entanto destaca que a redução das taxas de mortalidade e fecundidade já se iniciou na maior parte dos países onde vivem esses grupos, citando Irã, Turquia e Indonésia.

Antes de concluir, Caldwell (2001) *apud* Alves (2002, p. 48) enfatiza, que "a difusão de métodos contraceptivos e de uma nova ideologia populacional a partir da década de 1960 tem provocado a globalização do comportamento demográfico," baseado nas três condições generalizadas por Coale (1979): 1) o controle da fecundidade deve ser uma decisão consciente e racional; 2) os casais devem perceber benefícios e vantagens na regulação da fecundidade; 3) deve haver disponibilidade de métodos contraceptivos efetivos. O autor encerra destacando que "tudo isso mostra que a transição demográfica é uma realidade cada vez mais ampla, mas, infelizmente, não tem sido acompanhada pela disseminação do desenvolvimento econômico" (ALVES, 2002, p. 48).

Para complementar melhor a reflexão, inclusive sobre a transição demográfica no Brasil, é importante buscarmos dados mais atuais, dentre eles os apontados por Soares (2013) os quais nos mostram que a população brasileira já ultrapassa 200 milhões e aponta previsões de queda para 2043. O autor cita levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e destaca que, segundo especialistas, o declínio terá impacto na economia do país, pois, haverá menos pessoas para produzir renda. Nos primeiros anos do século XXI, em um estudo desses Berquó e Cavenaghi (2006) já nos atentavam para a diminuição de filhos por casal e confirmam que as previsões anteriores acertaram quanto à transição demográfica progressiva.

5 A governança e o assistencialismo no terceiro milênio

Enquanto surgem fenômenos socioeconômicos diversos, iniciativas populares são de grande relevância para o bom andamento das políticas governamentais, quando a sociedade é ouvida pelos governos. Se o governo consegue assimilar as questões sociais desenvolve a capacidade de construir políticas abrangentes e de grande sucesso. No entanto, políticas eleitoreiras são um grande risco à governabilidade futura, uma vez que o assistencialismo se constitui basicamente de medidas paliativas.

O Governo Lula é um exemplo de governo que teria tudo para dar certo, quando o assunto é atender às demandas de movimentos e organizações sociais. Afinal, é sabido que sem o apoio desses movimentos, esse governo dificilmente seria possível, já que o ator

principal, o referido presidente, surgiu das massas populares, dos movimentos sindicais e ascendeu por intermédio dos movimentos sociais de trabalhadores de uma forma geral. O próprio partido pelo qual foi eleito é denominado Partido dos Trabalhadores.

No início de seu governo, Lula teve como um dos objetivos principais continuar e aperfeiçoar as políticas de combate à fome, sendo este um dos fenômenos, como afirma Stacciarini (2003), mais vergonhosos que ainda existe em nosso país. Nesse sentido, o autor destaca os avanços das iniciativas sociais plurais da Ação da Cidadania Contra a Fome e aponta ideias importantes a serem levadas em consideração pelo novo presidente:

> - Combater a fome é algo que, por princípio, unifica os mais diversificados segmentos sociais, desde sindicatos, partidos políticos, empresas privadas, religiões, até entidades classistas, estudantes, donas de casas, institutos de educação popular, empresas públicas etc.
> - A instauração da ética e da luta contra a miséria, como deveres da ação política, permite alargar o conceito de política e de mudança. Em outras palavras, a ética possibilita aprofundar a crítica às agências e aos agentes políticos, saindo dos juízos dicotômicos como, por exemplo, de que "toda esquerda é boa, competente, e toda direita é ruim".
> - A descentralização e a questão do local (dos lugares) deve se encontrar numa posição central no desenrolar das atividades propostas por um plano nacional tão abrangente e premente como o Fome Zero.
> - Um verdadeiro despertar da indignação, um combate eficaz da fome, tem de ser dirigido pelo carisma, empenho e constante trabalho pessoal do presidente eleito, sob pena de fracasso, se ficar como um mero projeto coordenado por autoridades secundárias do governo federal e/ou atores globais, como aconteceu no fracassado Conselho de Comunidade Solidária, do Governo FHC.
> - Muitos trabalhos coletivos envolvendo atores plurais, mais do que meras intenções pautadas sobre discursos utópicos, podem se constituir em trabalhos concretos de alto alcance social, salvando vidas e permitindo a multiplicação de idéias e ações cidadãs.
> - Cotidianamente e simbolicamente, jamais o Fome Zero será um programa de sucesso se o governo federal permitir o desperdício e/ou desvio do dinheiro público. Portanto, é preciso, se necessário, punir com firmeza e urgência os atos de corrupção praticados por lideranças microrregionais (deputados estaduais, prefeitos, vereadores etc.), para a efetivação dos programas sociais apoiados pelo Fome Zero.
> - Um programa eficaz de combate à fome passa por questões de ordem emergencial (por exemplo, comida para quem não tem o que comer) e por questões de ordem estrutural, sendo as maiores delas a geração de empregos e a democratização das terras (urbanas e rurais). De fato, somente um completo e sério programa de reforma agrária poderá gerar 6 milhões de empregos, com um conseqüente aumento da renda dos trabalhadores e das quantidades dos estoques alimentares a preços mais baratos.
> - Rever todos os contratos internacionais firmados nos últimos quarenta anos poderá indicar caminhos seguros para tentar renegociar a dívida externa brasileira em bases mais justas, na tentativa de economizar divisas a serem aplicadas na imediata geração de empregos.

> - Jamais se esquecendo de que 45% dos miseráveis brasileiros têm menos de quinze anos de idade, o Fome Zero deverá dar a isso uma atenção especial a fim de garantir uma educação de qualidade a todos os brasileiros.
> - O plano de governo Fome Zero não pode se embrenhar numa interminável burocracia e/ou listas de propostas miraculosas, esquecendo-se de que a "fome tem pressa", "a fome mata no aqui e no agora" em todos os cantos do território brasileiro (STACCIARINI, 2003, p. 4).

Para o estudioso, se iniciativas plurais trouxeram avanços importantes no sentido de resolver o problema da fome, o novo governo poderia avançar bastante nessas políticas se seguisse os exemplos de conquistas e aperfeiçoasse as ações. Contanto, o governo Lula criou o programa Fome Zero e continuou com as ações plurais que efetivamente avançaram. Unificou os programas de assistência social que já haviam e criou o Bolsa Família, com o qual foi possível atingir alguns resultados.

Segundo Sampaio (2009), o Bolsa Família visou o alívio imediato da fome, o rompimento da pobreza entre gerações e a promoção social das famílias à cidadania, por meio de ações complementares. As estatísticas mostram que objetivos foram alcançados de modo bastante significativo. Houve avanços quanto ao melhoramento da renda dos beneficiários, capacitação profissional e rotatividade, demonstrando que o programa não gera dependência.

De acordo com Stecca (2013), as políticas tiveram bons resultados trazendo diminuição na desigualdade de renda. Segundo o autor, “em uma sociedade que favorece os ricos, os números mostram a queda da desigualdade de renda, devido, em grande parte, ao acesso maior ao mercado de trabalho, mas também à participação das políticas sociais do governo” (STECCA, 2013, p. 13). A autora destaca que estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada no ano de 2009 apontaram que a pobreza vem sendo reduzida frequentemente. Mas, enquanto isso, os gastos com o Bolsa Família aumentam ano após ano.

Hoje, a produção mundial de alimentos é alta, mas a distribuição de renda ainda é bastante desigual, sendo um dos fatores mais importantes para a permanência da fome e o desperdício de alimentos também é alarmante. Alguns dados apontam que 30% de todo o alimento produzido no mundo é desperdiçado, algo em torno de 1,3 milhões de toneladas, o que daria para alimentar 2 bilhões de pessoas (FREITAS, 2014). Diante do exposto podemos observar que ainda existem problemas estruturais importantes os quais não podem ser ignorados na formulação das políticas públicas que visam promover avanços sociais concretos.

Para Guandalini (2008), o Brasil atual tem características de país desenvolvido e subdesenvolvido, pois ao mesmo tempo que se insere no mercado internacional com uma

importante geração de divisas, devida ao favorável cenário de valorização das *commodities* primárias com altas demandas de grandes consumidores mundiais, ainda não resolveu problemas estruturais, como se apenas se desviasse deles. Nessa abordagem, mesmo que o país tenha despontado significativamente no cenário econômico atual, podemos nos remeter, da mesma forma que outros autores já entendem, à dura realidade de que esse desenvolvimento não se sustenta. Para aprofundar um pouco esse entendimento, é preciso citar a interiorização do desenvolvimento nos moldes capitalistas dando exemplos de onde o fenômeno avança.

6 O interior do país em constantes mudanças

Avanços da modernização e industrialização se interiorizam com frequência e a Região Centro Oeste é atualmente palco de uma das maiores ações do capital no território nacional. A ocupação do ambiente do Cerrado para a produção das *commodities* agrícolas se intensificou ao ponto de fazer da região um grande destaque na produção agropecuária e, por fim, agroindustrial. Com a modernização no Cerrado foi possível o aumento da produtividade e a inserção no mercado internacional de *commodities,* fornecendo grãos para a indústria do "complexo soja" e fábricas de ração animal, graças ao modelo inserido pela "revolução verde" nos moldes do agronegócio estadunidense.

A gama de riquezas produzidas em forma de grãos pelo modelo produtivista que se instalou no Cerrado não é nem um pouco modesta, já que os números do Produto Interno Bruto (PIB) de Goiás e Mato Grosso, estados que compõem a região produtora de grãos, de uma forma geral são bastante expressivos. No entanto, Chaveiro (2010), apontando impactos socioambientais no território, nos adverte ao escrever sobre a situação na qual atualmente se encontra o Cerrado:

> A terra ferida, a água contaminada, a população distribuída desigualmente, a renda fraturada, a economia diferenciada nas regiões, o sujeito desenraizado são características que demonstram um contraste: pelo critério das cifras e dos índices de produtividade, o território cerradeiro é um dos mais promissores economicamente no país (CHAVEIRO, 2010, p. 27).

Esses impactos se dão de forma bastante intensiva. Como é uma característica clássica da ação do Capital, o ambiente do "espaço contraditório" se instala com a produção de riquezas, destruição e miséria ao mesmo tempo.

Chaveiro (2010) chama nossa atenção para a forma como a urbanização da região do cerrado vem acontecendo e ajuda a compreender a importância do modelo econômico para os fluxos populacionais:

> Para compreender mais os conteúdos sociais desse tipo de urbanização, devem-se pensar os fundamentos. Ora, à medida que essa urbanização resultou da modernização do território, consolidada na modernização da agricultura e na pecuária comerciais, a função das grandes cidades é a de organizar um terciário propício para abastecer as demandas dessa economia agrária moderna. E a função das pequenas cidades é apenas abastecer as relações em nível local. E cabe às cidades médias gerar uma "urbanização extensiva e mirada ao circuito econômico agrícola". Como "cidades do campo" que concentram a renda bruta gerada especialmente pelo agronegócio, os seus tempos e espaços são hibridados: palcos dos novos ricos, elas comungam com práticas de sujeitos tradicionais. Ligadas às bolsas internacionais possuem uma vida local amena. Como se fossem "a cara do mundo" não deixam de apresentar as figuras do local. E das ameaças em não se inserir no mundo da rapidez – e dos negócios além-mar (CHAVEIRO, 2010, p. 29).

Esse modelo de desenvolvimento é que define a ocupação do território e as cidades crescem e se encolhem de acordo com essa dinâmica. Nesse sentido o autor enfatiza a importância das cidades planejadas, a formação das cidades médias no interior dos estados da região Centro Oeste e nos auxilia a compreender essas dinâmicas no âmbito local. Como exemplo podemos citar a cidade de Catalão-GO, que além do agronegócio tem também a presença da mineração.

Sobre Catalão, Melo Neto (2011) escreve:

> Em síntese, na última década, Catalão tem se caracterizado como centro mineroquímico e de metal-mecânico, devido o fortalecimento da atividade mineral através da ampliação da extração e do processo de verticalização da produção de fertilizantes, aliado a instalação de duas montadoras, uma de veículo de passeio e outra de equipamentos agrícolas. Sem ignorar o peso das atividades agropecuárias e do polo de confecção, bem como do setor de serviços com significativo peso na economia regional, com comércios, bancos, hospitais e inúmeros órgãos públicos estaduais e federais, sendo igualmente uma referência na área de educação graças a presença de dois importantes centros universitários. Merece frisar ainda o destaque no cenário nacional por sede da montadora Mitsubishi Motors no Brasil e pelo fortalecimento da tradição cultural afro brasileira das congadas. (MELO NETO, 2011, p. 102).

É uma das cidades que mais cresce no interior do país mostrando que a interiorização do desenvolvimento, política iniciada ainda na década de 1930, proporcionou resultados em relação ao crescimento da exploração. O que infelizmente não se viu aparecer com esse modelo foi a responsabilidade socioambiental e isso Chaveiro (2010) deixa bem claro quando

explicita a condição na qual se encontra a região do Cerrado. Quando minuciamos os estudos da população e do meio ambiente vemos que todas as políticas públicas implementadas até o momento, ainda deixa muito a desejar.

Catalão, assim como outras cidades interioranas onde o capital produz e se reproduz muito bem, tem problemas graves quanto à administração de recursos ambientais, desigualdades sociais gritantes visualizadas por diversos estudiosos da questão urbana no Brasil.

7 Considerações finais

Geralmente, as manifestações sociais acontecem no sentido de estimular políticas para atender os anseios da maioria da população - daqueles que vêm sendo prejudicados pelo domínio de grupos privilegiados com a concentração das riquezas, dos privados de acesso às necessidades básicas - políticas com o objetivo de construir novas diretrizes buscando promover algum equilíbrio social. Os diversos atores envolvidos diretamente com os fatos e acontecimentos na sociedade tem muito a contribuir para as consolidações que formam os governos populares, uma vez que são dos movimentos que surgem e se levantam alguns representantes aclamados pelo povo para governarem a favor daqueles que foram excluídos da classe privilegiada, historicamente dominante.

Governantes mais abertos a ouvir a sociedade e que se comprometem de fato com as questões sociais têm maiores possibilidades de atender a maioria, de forma mais justa e igualitária se encontrar bases de apoio nas representações sociais e for de fato constituído de poderes em suas diversas esferas para fazê-lo. Por outro lado, governos eleitos com o apoio de velhas oligarquias e que se prendem aos seus interesses particulares, acabam por manipular a população vendendo ilusões para se manterem governando em prol da concentração de riquezas, do continuísmo.

As dinâmicas sociais são muito complexas e só os governantes mais atentos são capazes de compreendê-las para implementar políticas de melhores resultados ao conjunto nacional. No entanto, em uma perspectiva marxista, assim como aborda David Harvey em “O Enigma do Capital”, (2011), os governos são predominantemente cooptados pelos interesses de grupos minoritários e não se constituem de fato para atender a maioria. Pelo menos enquanto for possível enganar a maior parte, mesmo que o descontentamento popular venha a desestabilizar governos e mais governos, a tendência parece ser da continuidade de uma

apropriação do Estado por aqueles que já detêm o domínio das riquezas, forçando os mecanismos a partir da coação através do poderio econômico.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D. A polêmica Malthus versus Condorcet a luz da transição demográfica. **Escola Nacional de Ciências Estatísticas**. Rio de Janeiro, 2002.

ANANIAS, P. Conhecimento de causa. **O Popular**. Goiânia, 6 janeiro 2010, p. 4.

BERQUÓ, E. S. Considerações sobre o envelhecimento da população no Brasil. In: NERI, Anita L.; DEBERT, Guita. (Org.). **Velhice e Sociedade**. Campinas: Papirus, 1999.

BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. Fecundidade em declínio: breve nota sobre a redução no número médio de filhos por mulher no Brasil. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 74, p. 11-15, Mar. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: jan 2016.

CASTRO, J. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984

CHAVEIRO, E. F. A URBANIZAÇÃO DO CERRADO: ESPAÇOS INDOMÁVEIS, ESPAÇOS DEPRIMIDOS. **Dossiê Cerrado**. Revista UFG. ano XII, n. 9, dez. 2010.

COALE, A. The demographic transition: a summary, some lessons and some observations. In: CHO, L.; KOBAYASHI, K. (Ed.). **Fertility transition of east asian populations**. Honolulu: University Press of Hawaaii, 1979. cap. 2.

FREITAS, T. Mundo desperdiça 30% dos alimentos produzidos. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 21 jul. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/07/1488819-mundo-desperdica-30-dos-alimentos-produzidos.shtml >. Acesso em: dez 5015.

GRIBEL, A. Zilda Arns: orgulho e dor. **O Popular**. Goiânia, 14 janeiro 2010. P. 13.

GRIBEL, A.; LEITAO, M. Que fronteira atravessar? **O Popular**. Goiânia, 2013.

GUANDALIME, G. Com que Asas o Brasil vai voar? **Revista Veja**. 28 maio 2008. p. 48 -54.

HARVEY, D. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

MANEIRO, V. *et al*. Bolsa Milionários. **O popular**. Goiânia, 8 agosto 2010. p.17.

MELO NETO, G. **Práticas pedagógicas de educação ambiental no original está em caixa alta?**: dez anos (1999 a 2009) da Política Nacional de Educação Ambiental no Município de Catalão (GO). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2011. 195 p.

PESQUISA Nacional por amostra de Domicílios (PNAD). Tabulações Diversas. Rio de Janeiro/Brasilia: IBGE/IPEA, Novembro 2009.

QUADROS, W. Brasil: Um pais de classe media? **Le Monde Diplomatique Brasil.** São Paulo, 1 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=803>. Acesso em: jan. 2016.

SAMPAIO, A. Dignidade Humana. **O Popular**. Goiânia, 10 novembro 2009. p. 8.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: Território e Sociedade no início do Século XXI**.** São Paulo: Record, 2001.

SOARES, P. População brasileira ultrapassa 200 milhões. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 2013.

STACCIARINI, J. H. R. - Governo Lula: E as iniciativas sociais plurais da ação da cidadania contra a fome? **Revista da UFG***,* Vol. 5, No. 1, abr 2003.

_____. Dos deslocamentos de população do Brasil do século XVI à expressão espacial da miséria da população rural e urbana no limiar do terceiro milênio. In: **XI SIMPURB**, 2009, Brasília DF. ANAIS DO SIMPURB. BRASÍLIA DF: Ed. SIMPURB, 2009. v. 1. p. 1-20.

_____. **Pluralidade, Publicização e Multiplicação do Fazer Político**: A Ação da Cidadania Contra a Fome. Tese (Doutorado). Presidente Prudente: UNESP, 2002. 149 p.

STECCA, K. Diminuição da desigualdade brasileira envolve mudanças culturais. **Jornal UFG**. Goiania, 2013.